



A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE A LEGISLAÇÃO DE PAÍSES LATINOAMERICANOS

*SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND TEACHER TRAINING:
A STUDY ON THE LEGISLATION OF LATIN AMERICAN
COUNTRIES*

*LA EDUCACIÓN FÍSICA Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES:
UN ESTUDIO SOBRE LAS LEGISLACIONES DE PAÍSES
LATINOAMERICANOS*

Ana Karla Rodrigues Pereira¹

Ana Márcia Silva²

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional; Educação Física; Estudos Comparados.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou caracterizar a formação profissional e a Educação Física Escolar em três países da América Latina (Argentina, Brasil e Venezuela) ao analisar as legislações e as diretrizes educacionais para a formação docente, considerando as justificativas históricas e as políticas de Estado atuam para oferecer às novas gerações uma educação física escolar de qualidade. Este estudo vincula-se à pesquisa “Análise comparativa do Perfil de Formação Profissional em Educação Física: a América Latina em foco” (SAP nº 39.289 2013/2017).

METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa com a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006). Foram utilizados documentos de páginas eletrônicas, bem como nas legislações e diretrizes políticas educacionais e, em especial, no campo da Educação Física. Simultaneamente, houve a construção do referencial teórico e das categorias de análise dedados a partir dos objetivos estabelecidos a priori e das categorias que emergiram do material empírico (MINAYO, 1998).

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), anakarla.ef@gmail.com

² Universidade Federal de Goiás (UFG), amarciasi@gmail.com

DISCUSSÃO

Na América Latina o processo de formação do campo da Educação Física foi marcado por influências históricas de países de origem europeia. Silva e Molina (2015, p. 284) afirmam que durante o processo de formação a ginástica e o esporte aparecem como lema para alcançar a “educação, controle e disciplinarização dos corpos, a educação cívica e moral das populações, juntamente com o combate dos males e aquisição de saúde”, o que denota a relação de ordem militar e médica. Com a inserção da EF³ no âmbito escolar ocorre a criação de cursos para formação de professores, onde militares ou pessoas com notório saber em alguma modalidade esportiva ministravam as aulas, conferindo um caráter reproducionista onde o aspecto pedagógico é incorporado anos depois (SILVA; MOLINA, 2015).

Atualmente no Brasil toda a formação de profissionais de EF, em conformidade com a lei, deve ser de nível superior universitário. Em 2015 (Baptista et al, 2015) haviam 1452 cursos de EF, nas modalidades presencial ou à distância, conferindo habilitações em licenciatura ou bacharelado. Na Venezuela a formação é em nível superior conferindo aos egressos título de licenciado ou bacharel e estes podem atuar em todos os níveis e modalidades do sistema educativo.

Divergente dos outros dois países, na Argentina o sistema educacional superior possui caráter binário, conferindo à educação caráter universitário e não universitário. As universidades podem ser públicas ou privadas, e tem por finalidade a formação e capacitação que colaborem com o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. De acordo com a Ley de Educación Técnico Profesional de setembro de 2005, os institutos de educação superior não universitária são destinados à formação e capacitação para o exercício da docência, conferindo a habilitação de professor, é importante destacar que em algumas universidades do país o curso de EF.

Os sistemas educativos dos países em estudo estão estruturadas em quatro níveis – educação infantil, ensino fundamental, médio e superior. Com a leitura das legislações foi possível identificar que a disciplina de EF se faz obrigatória nos três primeiros níveis. Na Ley Nacional de Educación 26.206 da Argentina a obrigatoriedade não está explícita no texto. Na Venezuela e no Brasil há o caráter obrigatório, com a prerrogativa de desenvolver a criança de forma completa e integral, com o desenvolvimento de características fundamentais para a formação pessoal, social e de comunicação na fase de desenvolvimento do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos indicam as diferentes modalidades e habilitações para atuar na área e, também, a obrigatoriedade da mesma nos diferentes níveis de educação. As legislações educacionais apresentam importantes facetas da realidade do campo nos países estudados e possibilita reflexões mais aprimoradas acerca da formação profissional. Uma análise mais detalhada poderá contribuir para a melhoria da prática pedagógica no âmbito escolar.

³ Abreviatura de Educação Física.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

SILVA, A. M; MOLINA, V. B. **Formação Profissional em Educação Física na América Latina. Encontros, Diversidades e Desafios**. Jundiaí, Paco, 2015.

FONTE DE FINANCIAMENTO

FAPEG e CNPq/Ministério do Esporte